



NOTAS SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Alberth Alves Rodrigues¹

Resumo

Propomo-nos a apresentar elementos a respeito do orçamento público do país problematizando a redução do aporte financeiro destinado às políticas sociais em detrimento da considerável parcela destinada ao pagamento da dívida pública. Pretende-se também indicar o porquê da “relativa” centralidade do programa “Bolsa Família” em relação às demais políticas públicas. O referencial teórico a que recorreremos é composto basicamente de estudiosos das políticas sociais, abrangendo o campo do Serviço Social e da Economia.

Palavras-Chave: Orçamento Público; Políticas Sociais; Dívida Pública; Programa Bolsa Família.

1. INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista tem como um de seus elementos fundantes a contradição entre produção coletiva, levada a cabo pelos trabalhadores, e apropriação privada desta produção, por parte de número reduzido de capitalistas.

A tomada de consciência dos trabalhadores frente a exploração propiciou o surgimento de movimentos de contestação como o ludismo, o cartismo, o sindicalismo e a formação de partidos proletários. Neste processo conquistas importantes em favor dos trabalhadores foram se dando: definição de jornada máxima de trabalho, direito ao voto pelos trabalhadores e mulheres, proibição do trabalho de crianças, férias remuneradas, repouso semanal remunerado etc.

Contudo, de forma mais ampla se pode citar a emergência das políticas sociais enquanto situação de maior impacto. Nestes termos, a exacerbação das lutas operárias fez com que a classe dirigente cedesse parte do que explorava sob pena de perder o seu domínio. Políticas sociais universais como educação, saúde e segurança se situam nesta lógica. Estas obviamente atingiram diferentes países e de formas distintas. Trabalhadores dos países capitalistas centrais tiveram (e em sua maioria, ainda têm) acesso a maiores salários que seus colegas dos países periféricos, por exemplo.

De forma extremamente sucinta se pode afirmar que o surgimento das políticas sociais tanto atende a interesses dos trabalhadores (que dizem respeito a melhores condições de vida) quanto a interesses dos capitalistas, que incorporam o “capital” como sua “segunda pele” e lutam a todo o tempo para manter intactas as bases deste modo de produção. Todavia, políticas sociais não são disponibilizadas pela burguesia de forma direta, quem o faz é o seu órgão de classe: o Estado.

Mesmo com todo o esforço de manutenção do sistema o mais estável possível, a lógica deste, como bem nos explicitou Karl Marx, é extremamente contraditória. As crises são elementos corriqueiros e o Estado joga papel fundamental para que estas não comprometam o funcionamento adequado do capitalismo, que tem na acumulação de capital um primado de sobrevivência. Este é um outro momento fundamental em que as políticas sociais tem papel importante. No momento em que a extrema concorrência de capitais (capitalismo concorrencial) ameaçava ruir as bases do próprio modo de produção, a constituição de monopólios (reunião de grandes empresas capitalistas em número cada vez menor de “mãos”) assegurou a retomada de elevados patamares de acumulação, mas expôs os trabalhadores à exploração ainda mais intensa. Neste quadro, entra o Estado em cena, mediante políticas sociais, para assegurar minimamente aos trabalhadores sua

¹ alberthalvesrodrigues@yahoo.com.br – UFSC.



sobrevivência e reprodução. Daí, políticas clássicas neste sentido são aquelas ligadas à hoje denominada Seguridade Social, que engloba: saúde, assistência e previdência social.

Tendo em vista que as políticas sociais se constituem enquanto espaço importante de atuação dos assistentes sociais, pretendemos indicar elementos que nos permitam entender como estas se apresentam no cenário brasileiro, sobretudo dos anos 2000 em diante. Iniciemos pelo orçamento a elas disponibilizado.

2 ORÇAMENTO PÚBLICO: FAVORECIMENTO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA E ATAQUE À SEGURIDADE SOCIAL

À euforia da promulgação da Constituição Federal de 1988, que apresentava avanços no que diz respeito à universalização das políticas sociais, seguiram-se os duros governos neoliberais de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. A obediência cega ao receituário do Consenso de Washington, que se traduzia fundamentalmente, no que diz respeito ao que aqui estudamos - em mínimos gastos na área social - comprometeram fortemente o acesso da população às conquistas inscritas na Carta Magna. O Estado deveria ser, de um lado, mínimo para o campo social e, do outro (como autêntico representante de classe) grande promotor da iniciativa privada. Os leilões de quase tudo que era público e a liberalização da economia inseriram o país na vigente lógica neoliberal mundial.

Derrotado vezes anteriores, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores-PT, finalmente venceu a disputa presidencial em 2002 e levou consigo as esperanças de milhões de brasileiros. Muitos creram que reformas de caráter progressista, defendidas desde os anos de João Goulart, como reforma agrária, saúde e educação finalmente sairiam do papel na vigência do governo do ex-sindicalista. Contudo, já na “Carta ao Povo Brasileiro”, de 22 de junho de 2002, comprometera-se com a manutenção de alguns dos fundamentos da política e da economia de seu antecessor, com destaque para a estabilidade a todo custo e pagamentos da dívida pública.

Feita esta breve retomada histórica, agora nos importa entender elementos que influenciaram a configuração das políticas sociais após 2000.

Não podemos enxergá-las fora das relações sociais que as circunscrevem, eliminando do cenário as contradições, da luta de classes e a sua relação com a economia (BEHRING, 2010). Com relação a este último aspecto, a macroeconomia joga papel importantíssimo. Esta “estuda a economia em geral analisando a determinação e o comportamento dos grandes agregados como renda e produtos, níveis de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda, taxa de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio (BRASIL ESCOLA)”. Ocupa-se, desta forma, de questões mais globais relativas à economia, por exemplo, taxa básica de juros definida pelo governo federal. Posto isto, dois postulados da macroeconomia defendidos pela estratégia neoliberal tem sido aprofundados gradativamente desde 1994, com maior força nos governos FHC e Lula:

O primeiro é a estabilização macroeconômica com foco na inflação e nas contas públicas enquanto o segundo é a obtenção de uma ambiente econômico pró-mercado, que incentive a maior concorrência entre os capitais e a livre iniciativa para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico (CARCANHOLO, 2010, p. 109).

É no tocante ao controle nas contas públicas que decorrem os imediatos rebatimentos sobre as políticas sociais, rebatimentos esses que se dão sob diferentes formas.

Talvez, a constatação empírica mais evidente para se entender o grau de prioridade dispensado pelos governos às políticas sociais seja o volume a elas disponibilizado, via orçamento público. Reforma agrária, trabalho, saúde, previdência social, educação e



agricultura são alguns exemplos. “O dimensionamento desses gastos permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país” (SALVADOR, 2012, p.127).

A tabela a seguir, elaborada a partir da consulta ao site “Auditoria Cidadã da Dívida”, ilustra os percentuais destinados a algumas das fundamentais políticas sociais no país nos últimos quatro anos (2011, 2012, 2013 e 2014)

TABELA 1
Destinação do Orçamento Geral da União²

Ano	Destinação	Percentual destinado
2011 Executado (Total R\$ 1,571 trilhão)	Saúde	4,07 %
	Assistência Social	2,85 %
	Previdência Social	22,01 %
	Educação	2,99 %
	Organização Agrária	0,12 %
	Segurança Pública	0,41 %
	Trabalho	2,29 %
	Transferência a Estados e Municípios	9,95 %
	Juros e Amortizações da dívida	45,05 %
2012 Executado (Total R\$ 1,712 trilhão)	Saúde	4,17 %
	Assistência Social	3,15 %
	Previdência Social	22,47 %
	Educação	3,34 %
	Organização Agrária	0,11 %
	Segurança Pública	0,39 %
	Trabalho	2,42 %
	Transferência a Estados e Municípios	10,21 %
Juros/Amortizações da dívida	43,98 %	
2013 Executado (Total R\$ 1,783 trilhão)	Saúde	4,29 %
	Assistência Social	3,41 %
	Previdência Social	24,11 %
	Educação	3,70 %
	Organização Agrária	0,15 %
	Segurança Pública	0,40 %
	Trabalho	3,58 %
	Transferência a Estados e Municípios	10,43 %
Juros/Amortizações da dívida	40,30 %	
2014 Executado (Total R\$ 2,168 trilhões)	Saúde	3,98 %
	Assistência Social	3,08 %
	Previdência Social	21,76 %
	Educação	3,73%
	Organização Agrária	0,12 %
	Segurança Pública	0,33 %
	Trabalho	3,21 %
Transferência a Estados e Municípios	9,19 %	

² A tabela foi organizada a partir dos dados da “Auditoria Cidadã da Dívida”. Contudo, detemo-nos às políticas que se referem ao artigo aqui elaborado. Recomendamos o acesso ao site <http://www.auditoriacidada.org.br/>, para ver a destinação detalhada dos recursos a todas as políticas sociais.



	Juros/Amortizações da dívida	45,11 %
--	------------------------------	---------

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida.

De modo imediato, o que nos salta aos olhos é o volume de recursos destinados anualmente ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Situa-se sempre acima de 40% do orçamento total da União. Coloca-se de forma clara quem tem centralidade na agenda do governo brasileiro; pagamento da dívida enquanto despesa central é o favorecimento explícito do capital financeiro por parte do Estado.

No que reporta ao Serviço Social, a Seguridade Social é sempre destacada por se constituir enquanto estratégico e importante campo de atuação profissional. À população em geral é importantíssima por comportar as cruciais políticas de saúde, assistência social e previdência social. Ao governo é relevante por requerer aporte significativo de recursos, sobretudo a previdência social (conforme ilustra a tabela). Todavia, apesar de a carga tributária nacional ter se elevado desde o início do Plano Real, oscilando entre 29 a 35% do Produto Interno Bruto-PIB, valores destinados ao “tripe” da seguridade pouco têm se alterado (BEHRING, 2010).

Em verdade, do orçamento específico e previsto na Constituição Federal exclusivamente para a seguridade, o governo tem retirado volumes significativos para outras destinações. Aqui destaca-se a Desvinculação das Receitas da União – DRU. Criada em 2000, permite a desvinculação de 20 % dos recursos específicos daquela para compor o orçamento fiscal (SILVA, 2012). Também a renúncia fiscal da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nas numerosas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), impede a entrada de significativo volume de recursos em favor da seguridade (BEHRING, 2010).

No que diz respeito especificamente à DRU, observando-se a tabela, pode-se inferir que boa parte destes tem sido orientada para o pagamento da dívida. Segundo diversos estudiosos do assunto, outra destinação é a geração de superávits primários.

As cifras deste deliberado sucateamento desta política social fundamental, em favor do mercado são impressionantes: “entre 2000 e 2007, a DRU e outros mecanismos do governo retiraram cerca de 205,2 bilhões de reais da seguridade social, e apenas em 2007, 65% do superávit primário foi gerado com recursos da seguridade social, segundo Ivanete Boschetti” (BEHRING, 2010, p.5). Analisando o período entre 2005 e 2010, Boschetti (2012) a partir de dados da ANFIP (Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil), afirmou que a seguridade foi expropriada em R\$ 228.743 bilhões. Tal montante equivalendo a quatro vezes os gastos com saúde em 2010 e seis vezes o orçamento da assistência social nesse mesmo ano.

3 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Embora evidentes o compromisso do Estado brasileiro com o pagamento da dívida pública e o sucateamento da seguridade, um programa federal ganhou relativo destaque.

Na contramão da redução da maioria dos gastos com políticas sociais se encontram os chamados “programas de transferência de renda não contributiva”, fenômeno que não é exclusividade do Brasil.

Em 2005, apenas seis países possuíam programas assistenciais de transferência de renda, enquanto em 2010 eles já estavam presentes em dezenove países da América Latina e Caribe. Em 2000, atingiam cerca de 6% da população e em 2010, 19,3% [...] No final da década, em torno de 25 milhões de famílias e cerca de 113 milhões de pessoas sobreviviam apenas com os poucos recursos desses programas na América Latina e Caribe (BOSCHETTI, 2012, p.51).



Pela sua popularidade em quase todo o continente latino-americano fica evidente que o surgimento de tais programas tem uma explicação comum. O neoliberalismo é uma das chaves para seu entendimento. Como anteriormente citamos, a administração econômica por ele pregada possui o controle nas contas públicas como objetivo imprescindível para a estabilização macroeconômica (CARCANHOLO, 2010). Este é um dos fundamentos da escalada crescente dos programas de transferência de renda. Dediquemo-nos no desenvolvimento desta assertiva a partir da experiência brasileira.

O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa de transferência de renda do Brasil e, atendeu - em 2010 - 12.769.155 famílias. Estes não exigem do beneficiário contribuição prévia direta à seguridade social, o que caracteriza o PBF como “benefício social” e não como “seguro social” (BEHRING, 2010). Não é um direito adquirido, assim pode ser cancelado por qualquer governo e em qualquer momento. Esta não é a tendência em tempos recentes. E a explicação é simples. Trata-se de programa de baixíssimo custo, se comparado à políticas sociais (como saúde, educação e trabalho, por exemplo) e que alcança grande número de beneficiários. Alia os tão propalados ditames de “relação custo-benefício” com “simpatia popular”. Para acessá-lo, que se situa normalmente bem abaixo do salário mínimo, os beneficiários passam por uma peneira bem fina: comprovação da situação de miséria/pobreza, idade, participação em atividades sociais e comunitárias, disposição do beneficiário ou de sua família para trabalhar ou realizar atividades de inserção social etc (BEHRING, 2010).

Pode-se notar que o programa se encaixa perfeitamente à lógica neoliberal. Diante de um crescente desemprego, em parte ocasionado pelo próprio ideário neoliberal, destinar mínimos sociais aos pobres “mais pobres” é a solução possível dentro da orientação geral de corte substantivo do volume das políticas sociais universais. É a focalização da focalização. Tanto não atende ao total de famílias que pelos critérios do próprio programa deveriam ser atendidas (42,56% das famílias identificadas pelo Cadastro Único não acessaram o benefício em 2010, conforme Behring) quanto disponibiliza um valor que força com que os beneficiários o complementem com outras atividades, sob pena de não atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência. Tendo um caráter de política emergencial e desconectada das outras políticas, há uma forte tendência à manutenção das famílias na condição de pobreza, ou seja, dificulta-se a saída dos beneficiários da situação de vulnerabilidade social.

Estes programas de transferência de renda também se prestam para evitar que a crescente população pauperizada se rebele com a situação a que está submetida. Configuram-se como amenizadores das derivações da “questão social”. Ao mesmo tempo propiciam certo acesso ao mercado de bens e consumo, favorecendo a acumulação capitalista.

Para além dos aspectos negativos elencados, cabe destacar os aspectos positivos e a potencialidade que possuiria caso fosse concebido de outra forma.

Primeira observação a ser feita é que, de fato, mediante o Programa Bolsa Família, parcela significativa da população ultrapassou a linha da miséria absoluta e vulnerabilidade extrema. Conforme Sampaio Júnior (2013, p.4): “13,7 milhões de famílias - aproximadamente 1/3 dos brasileiros - não sobreviveriam se não fossem atendidos pelo programa”. Todavia, carece-se de elevação dos valores ofertados à população aliada à ampliação do número de famílias atendidas. O programa é focalizado tanto no que diz respeito ao volume disponibilizado quanto na cobertura de atendimento à população.

Aspecto fundamental a ser observado é o caráter de “política social de ambulância” (BEHRING, 2010) deste programa de transferência de renda. Para alteração real na vida dos seus usuários exige-se uma reorientação da sua concepção. À importante dimensão imediata de acesso ao “mínimo” para a sobrevivência, outras estratégias deveriam ser tomadas com vistas à prevenção e saída da situação de vulnerabilidade social.



Neste momento evidencia-se outra proposição fundamental: a necessária integração do PBF com as outras políticas sociais. Disponibilizar o programa a pessoas em situação de vulnerabilidade não deve obscurecer o fato de que a esta tarefa imediata devem ser somadas medidas que propiciem a elas a saída desta condição. Estas outras medidas passam necessariamente pela possibilidade de bom acesso à saúde e educação, por exemplo. Neste momento, retorna-se o tema fundamental da destinação de recursos para as áreas fundamentais em detrimento do pagamento da intragável dívida pública. Do ponto de vista orçamentário a elevação de valores disponibilizados no programa de transferência de renda deve ser acompanhada com a priorização de políticas estruturais, como a de trabalho.

As enormes condicionalidades, tais como a necessidade de participação em espaços de “inserção social ou profissional” mutilam as subjetividades de grupos que já carregam consigo as marcas da “exclusão social” (ou mais precisamente, “inserção perversa”) inerente ao modo de produção capitalista. Diminuir ao máximo tais condicionalidades, elevar o número de famílias atendidas e criar estratégias para que estas possam sair de forma definitiva da situação de vulnerabilidade, é um objetivo que deveria ser vislumbrado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vigência da política neoliberal, iniciada na América Latina com vigor a partir da década de 1990, faz com que os Estados sacrifiquem o bem-estar da população em favor do mercado. As medidas mais adotadas são: destinação de significativo volume do seu orçamento ao pagamento da dívida pública, elevadas taxas de juros, congelamento de salários no setor público, superávit primário a qualquer custo e controle da inflação (BOSCHETTI, 2012). Para atingir todos estes objetivos um rígido controle sobre os gastos é levado a cabo. É aqui se situa o contingenciamento das políticas sociais universais. São agora recorrentes, no Brasil, os cortes nos já insuficientes valores a elas destinados. Em 2012, por exemplo, o governo federal efetuou cortes de R\$ 5,47 bilhões da saúde e de R\$ 1,93 bilhões da área da educação (IDEM).

Conforme apresentamos em tabela, a despesa em que o governo centra seus esforços é o pagamento da dívida pública. Nesta compromete anualmente mais de 1/3 de todo o orçamento da União, o que em 2014 totalizou R\$ 978 bilhões.

Pela importância que representa destacamos o processo de expropriação a que está sujeita a seguridade social. Via DRU, 20% dos encargos especificamente a ela direcionados são desviados para outros objetivos. Também via isenção da COFINS em obras do PAC, volume considerável de recursos deixam de alimentá-la. Na realidade, a seguridade social tem se prestado como fonte segura de aporte financeiro ao governo, em sua insaciável busca por superávits primários e estímulo ao mercado financeiro.

À redução dos recursos destinados a praticamente todas as políticas sociais se contrapõe o relativo crescimento daqueles direcionados ao programa de transferência de renda denominado “Programa Bolsa Família”. Nos anos seguintes a 2005 programas similares a este foram implementados em praticamente toda a América Latina e Caribe. Ao que tudo indica, atuam como resposta ao agravamento da situação trabalhadora que se iniciara com força nos anos de 1970 e se intensificara sobremaneira após a crise de 2008. Com “relativo crescimento” da destinação ao Programa Bolsa Família queremos enfatizar que apesar de certa valorização do governo federal a este programa, os valores disponibilizados a cada família são ínfimos, muito abaixo do salário mínimo. Na verdade, o orçamento destinado ao programa é pífio, situando-se normalmente entre 0,4 a 05% do PIB (BOSCHETTI, 2012) e sequer atende a todas as famílias que poderiam acessá-lo. Conforme Mota (2010), enquanto R\$ 13,1 bilhões foram destinados a este programa de transferência de renda, R\$ 380 bilhões foram utilizados para o pagamento da dívida. Para facilitar o



entendimento, para cada R\$ 1,00 repassado à famílias via PBF, R\$ 29 são direcionados ao mercado financeiro.

Destas evidências conseguimos notar o caráter super focalizado do programa. Encaixa-se perfeitamente à nova orientação do neoliberalismo: orientação das políticas públicas ao atendimento à pobreza e extrema pobreza.

Contrasta-se assim, o incentivo à política de transferência de renda super focalizada “Bolsa Família” (que ainda não é direito adquirido) aos cortes substantivos das políticas públicas universais.

Longe de ser contra a existência do “Bolsa Família”, defendemos a sua existência enquanto forma imediata de acesso ao básico por parte da população em situação de vulnerabilidade. A diminuição das suas condicionalidades, a elevação dos seus valores e do número de beneficiários se faz urgente. Mais urgente ainda é a mudança de concepção deste programa. Deve-se alterá-lo radicalmente, tendo como horizonte a saída dos seus beneficiários da situação de vulnerabilidade. Ou seja, torná-lo uma “política-meio” e não uma “política-fim” em si mesma. Para tal necessariamente deve estar devidamente articulada ao conjunto das políticas estruturais (trabalho, saúde, educação etc). Estas por sua vez devem ter elevados os seus recursos a patamares bem mais significativos que atualmente.

É evidente que o caminho percorrido pela carruagem nestes anos 2000 não aponta como fim a diminuição da desigualdade social no Brasil. Dados indicam, muito pelo contrário é a extrema dependência dos programas de renda focalizada. “ Sete milhões de pessoas (14% do total de pobres) cruzaram a linha de pobreza, mas retornariam à condição anterior, imediatamente caso os programas fossem suspensos” (BEHRING, 2010). Ao invés de integrarem os excluídos, políticas focalizadas consagram a “ ‘fratura social’ porque distribuem poucos recursos àqueles que jamais conseguirão se integrar” (IDEM, p.37).

Os desafios postos ao Serviço Social e seu projeto ético-político se renovam constantemente. Coloca-se agora em pauta a luta contra a lógica clientelista de programas de transferência de renda e a articulação destes ao conjunto das políticas estruturais. Por outro lado, políticas públicas são um dos campos fundamentais da atuação dos assistentes sociais. Assim, como elencamos, a luta pelo fortalecimento de tais políticas através de maiores recursos a elas disponibilizados é outro embate a ser travado. A articulação e politização da população em geral em torno destes temas é crucial para que consigamos levar à frente tal luta. Daí a importância da participação de assistentes sociais nas reuniões de conselhos de direitos, sindicatos, reuniões de bairro, partidos progressistas e de esquerda etc. As grandes mobilizações ocorridas no ano de 2013 apontam para a existência de uma não letárgica sociedade brasileira.

Como vimos, a profissão e o coletivo profissional deve considerar o “Orçamento Público” enquanto espaço onde se reproduz a luta pela apropriação da riqueza socialmente produzida. A necessidade de luta contra o privilégio absoluto do capital financeiro se coloca veementemente.

REFERÊNCIAS

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Disponível para download em <http://www.auditoriacidada.org.br> Acesso 10/08/15 às 23:24 hs.

BEHRING, Elaine. **Assistência Social no Governo Lula**. In: Jornal dos Economistas. Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, novembro de 2010, Rio de Janeiro. p. 5-6. Disponível para download em <http://www.corecon-rj.org.br/jornal.asp> . Acesso 10/09/14 às 13:13 hs.



BOSCHETTI, Ivanete Salete. **América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento?**. In: Financeirização, Fundo Público e Política Social. Evilasio Salvador ... [et al] (orgs).1.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 31-58.

BRASIL ESCOLA. Download www.brasilecola.com/economia/macroeconomia.htm. Acesso em 10/09/14 às 13:38 hs.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula**. In: Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010 .1.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 109-131.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Carta ao Povo Brasileiro**. São Paulo, junho de 2002. Disponível para download em www.fpabramo.org.br. Acesso em 10/09/14 às 13:35 hs.

SALVADOR, Evilasio. **Financiamento Tributário da Política Social no Pós Real**. In: Financeirização, Fundo Público e Política Social. Evilasio Salvador ... [et al] (orgs).1.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 123-152.

MOTA, Ana Elizabete. **Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro**. In: As Ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social. Ana Elizabete (Org). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p.13-34.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Da “Paz Social” às Revoltas Urbanas**. In: Jornal dos Economistas. Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, setembro de 2013, Rio de Janeiro. p. 3-4. Disponível para download em www.corecon-rj.org.br/jornal.asp. Acesso 11/09/14 às 11:10 hs.

SILVA, Giselle Souza da . **Transferências de Renda e Monetização das Políticas Sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de Juros**. In: Financeirização, Fundo Público e Política Social. Evilasio Salvador ... [et al] (orgs).1.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 209-240.